



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

**ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO.**

1 Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às oito horas e trinta minutos, na modalidade  
2 híbrida, reuniu-se o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão — Consepe da Universidade Federal Rural do  
3 Semi-Árido — Ufersa, sob a presidência do Reitor, **Rodrigo Nogueira de Codes**, para deliberar sobre a pauta da  
4 terceira reunião ordinária de dois mil e vinte e seis. Estiveram presentes os conselheiros **Francisco Edcarlos**  
5 **Alves Leite**, da Pró-Reitoria de Graduação — Prograd; **Vânia Christina Nascimento Porto**, da Pró-Reitoria de  
6 Extensão e Cultura — Proec; **Liana Holanda Nepomuceno Nobre**, da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-  
7 Graduação — Proppg; **Josemir de Souza Gonçalves**, Centro de Ciências Agrárias — CCA; **Luciana Vieira de**  
8 **Paiva**, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde — CCBS; **Leonardo Augusto Casillo**, do Centro de  
9 Ciências Exatas e Naturais — CCEN; **Jairo Rocha Ximenes Ponte**, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas e  
10 Humanas — CCSAH; **Manoel Quirino da Silva Júnior**, do Centro de Engenharias — CE; **Gislene Micarla**  
11 **Borges de Lima**, do Centro Multidisciplinar de Angicos — CMA; **Francisco das Chagas Barbosa de Sena**, do  
12 Centro Multidisciplinar de Caraúbas — CMC; **Eduardo Raimundo Dias Nunes**, do Centro Multidisciplinar de Pau  
13 dos Ferros — CMPF; e **Rudna Angélica Vieira do Vale**, representante técnico-administrativa. **Conselheiros com**  
14 **falta justificada:** Ady Canário de Souza Estevão, Franceliza Monteiro da Silva Dantas e Ana Flávia Dantas de  
15 Araújo Góis. **Conselheiros com falta não justificada:** Igor Pacífico Xavier da Silva e Maria Isabela Batista  
16 Clemente. Tendo constatado quórum legal, o presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, leu as  
17 justificativas de ausência da conselheira Franceliza Monteiro da Silva Dantas, e pôs em votação, que foi aprovada  
18 por unanimidade; da conselheira Ana Flávia Dantas de Araújo Góis, e pôs em votação, que foi aprovada por  
19 unanimidade; e da conselheira Ady Canário de Souza Estevão, e pôs em votação, que foi aprovada com onze  
20 votos favoráveis e uma abstenção. Em seguida, realizou a leitura da pauta e pôs em apreciação. A conselheira  
21 **Luciana Vieira de Paiva** solicitou a inclusão do ponto Apreciação e deliberação sobre processos de redistribuição,  
22 para apreciação da redistribuição da professora Gerlane Modesto da Silva Balzani, informando que a  
23 documentação havia sido previamente encaminhada por e-mail aos conselheiros. Em seguida, a conselheira  
24 **Gislene Micarla Borges de Lima** também solicitou a inclusão do processo de redistribuição da professora Jarbele  
25 Cássia da Silva Coutinho, lotada no CMA, destacando que os documentos já haviam sido enviados previamente  
26 para ciência do colegiado. Na sequência, o presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, mencionou  
27 ainda a inclusão de ponto referente à apreciação e deliberação sobre designação pelo Reitor, *ad referendum* do  
28 Consepe, para renovação de afastamento da professora Niáscara Valesca do Nascimento Souza, cujo processo  
29 também havia sido previamente encaminhado aos conselheiros. Realizou a votação das inclusões, que foi  
30 aprovada por unanimidade, resultando na seguinte pauta: **PAUTA: Primeiro ponto:** Apreciação e deliberação  
31 sobre atas da 1ª Reunião Extraordinária e 2ª Reunião Ordinária de 2026. **Segundo ponto:** Apreciação e  
32 deliberação sobre processos de redistribuição. **Terceiro ponto:** Apreciação e deliberação sobre designação pelo  
33 reitor, *ad referendum* do Consepe, de renovação de afastamento de servidores. **Quarto ponto:** Apreciação e  
34 deliberação sobre o Relatório Institucional Consolidado de 2025 do Programa de Educação Tutorial (PET) da



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

35 Ufersa. **Quinto ponto:** Outras ocorrências. Dada a leitura, pôs em votação a pauta como um todo, sendo  
36 aprovada por unanimidade. **PRIMEIRO PONTO.** O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes,**  
37 realizou a leitura do ponto e pôs em deliberação. O conselheiro **Francisco das Chagas Barbosa de Sena**  
38 cumprimentou os presentes e esclareceu que o CMC havia se reunido no dia anterior para discutir e deliberar  
39 sobre as atas. Informou, entretanto, que não pôde participar da reunião devido a um imprevisto de ordem pessoal,  
40 razão pela qual não conseguiu apresentar previamente as observações que tinha em relação ao texto. Apesar  
41 disso, informou que traria voto favorável à aprovação da ata, solicitando apenas o registro de um ajuste pontual  
42 em sua fala. Propôs a alteração da expressão “existência de representação de documentos” para “existência de  
43 reapresentação de documentos”, na linha 40 da ata da 1ª Reunião Extraordinária de 2026, entendendo que essa  
44 redação seria mais adequada. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes,** acatou as sugestões  
45 e pôs a primeira ata em votação, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, pôs a segunda ata em  
46 apreciação. O conselheiro **Francisco das Chagas Barbosa de Sena** também apresentou ajustes em suas falas  
47 nas linhas 20 - 21 para “Em seguida, o conselheiro Francisco das Chagas Barbosa de Sena questionou acerca da  
48 inclusão do processo do discente Francimário Igor da Silva”; nas linhas 55 - 55 para “Em seguida, o conselheiro  
49 **Francisco das Chagas Barbosa de Sena** apresentou diversas observações técnicas sobre os documentos,  
50 sobretudo com relação aos PGCCs da pós-graduação, destacando inconsistências recorrentes entre carga horária  
51 semanal, duração em semanas e carga horária total, além de ausência de informações como ementas e duração  
52 de disciplinas”; nas linhas 121 - 124 para “Em seguida, o conselheiro **Francisco das Chagas Barbosa de Sena**  
53 manifestou que o CMC está alinhado ao entendimento apresentado no parecer e apresentou um pedido de maior  
54 divulgação dos prazos, considerando que a recorrência do problema já vinha sendo observada desde o ano  
55 anterior”; e nas linhas 146 - 147 para “Em seguida, o conselheiro **Francisco das Chagas Barbosa de Sena**  
56 apresentou sua declaração de voto, informando que votaria conforme deliberado na última reunião ordinária do  
57 Centro, sendo favorável ao parecer da conselheira, apesar de compreender o entendimento da decisão tomada na  
58 última reunião extraordinária do Consepe”. Não havendo outras manifestações, pôs em votação, que foi aprovada  
59 com dez votos favoráveis e duas abstenções. **SEGUNDO PONTO.** O presidente deste Conselho, **Rodrigo**  
60 **Nogueira de Codes,** leu o ponto e pôs em apreciação o processo de redistribuição da docente Gerlane Modesto  
61 da Silva Balzani. Na oportunidade, a conselheira **Luciana Vieira de Paiva** esclareceu que a professora havia  
62 conseguido redistribuição para o curso de Medicina da Universidade de Brasília — UnB, instituição na qual seu  
63 esposo também atua. Explicou que havia urgência na tramitação do processo, pois, caso a redistribuição não  
64 fosse efetivada até o final de abril, a docente não conseguiria concluir o procedimento antes do período eleitoral,  
65 razão pela qual foi solicitada a inclusão extraordinária do ponto na pauta da reunião, evitando adiamento para a  
66 reunião seguinte. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes,** pôs o processo em votação, que  
67 foi aprovado com dez votos favoráveis e duas abstenções. Em seguida, pôs em apreciação o processo da docente  
68 Jarbele Cássia da Silva Coutinho. A conselheira **Gislene Micarla Borges de Lima** contextualizou que o processo  
69 havia sido encaminhado em prazo reduzido devido à necessidade de cumprimento de exigência do Ministério da  
70 Educação — MEC para o envio da documentação antes do período eleitoral. Informou que o pedido partiu da



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

71 Universidade Federal de Pernambuco — UFPE e já havia passado pelas instâncias internas do CMA, contando  
72 com pareceres favoráveis tanto do departamento quanto do centro na qual a professora estava vinculada.  
73 Acrescentou que a universidade de destino já havia disponibilizado o código de vaga e que a redistribuição  
74 também era de interesse institucional do centro de origem, uma vez que o código seria utilizado para suprir  
75 demanda docente na área de inteligência artificial. Na sequência, o conselheiro **Leonardo Augusto Casillo**  
76 registrou uma correção quanto à instituição de destino, esclarecendo que se tratava da Universidade Federal da  
77 Paraíba – UFPB, e não da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, conforme inicialmente mencionado pela  
78 conselheira anterior. Informou ainda que, em reunião do Conselho de Centro do CCEN, o diretor do CMA já havia  
79 antecipado a possibilidade de inclusão do ponto na pauta, tendo o conselho deliberado que ele teria autonomia  
80 para analisar o processo e votar conforme seu entendimento pessoal, considerando a necessidade institucional  
81 envolvida. Com a palavra, a conselheira **Gislene Micarla Borges de Lima** reconheceu seu equívoco quanto ao  
82 nome da universidade e complementou que a professora seria redistribuída para um *campus* da UFPB localizado  
83 próximo a João Pessoa, ressaltando que todos os despachos institucionais favoráveis já haviam sido emitidos e  
84 que a docente não se encontrava em estágio probatório, atendendo, portanto, às exigências normativas para a  
85 redistribuição. Não havendo outras discussões, o presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs o  
86 processo em votação, que foi aprovado com nove votos favoráveis e três abstenções. **TERCEIRO PONTO.** O  
87 presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, leu o ponto de pauta e pôs em apreciação. Esclareceu  
88 que a tramitação em caráter *ad referendum* ocorreu para evitar a perda da vaga de professor substituto vinculada  
89 ao afastamento da docente. Ressaltou ainda a necessidade de maior atenção das unidades acadêmicas quanto à  
90 tramitação desses processos, observando que, embora a professora tivesse protocolado o pedido de renovação  
91 com antecedência, o processo chegou às instâncias responsáveis muito próximo ao prazo final, o que motivou a  
92 adoção do procedimento emergencial. Não havendo discussão, pôs o processo em votação, que foi aprovado com  
93 dez votos favoráveis e duas abstenções. Após a deliberação, o conselheiro **Francisco das Chagas Barbosa de**  
94 **Sena** solicitou esclarecimentos, afirmando que o mesmo processo já havia sido deliberado anteriormente, ainda  
95 no final do ano anterior. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, confirmou a informação e  
96 explicou que houve uma falha na tramitação posterior do processo entre as instâncias administrativas, o que  
97 ocasionou o atraso identificado apenas em abril. Em seguida, a conselheira **Luciana Vieira de Paiva**  
98 complementou os esclarecimentos, informando que o processo também chegou à Comissão Permanente de  
99 Pessoal Docente — CPPD em prazo exíguo e que o problema foi percebido quando se aproximava o  
100 encerramento do contrato da professora substituta. O conselheiro **Francisco das Chagas Barbosa de Sena**  
101 agradeceu os esclarecimentos prestados. **QUARTO PONTO.** O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de**  
102 **Codes**, realizou a leitura do ponto e pôs em discussão. Com a palavra, o conselheiro **Francisco Edcarlos Alves**  
103 **Leite** apresentou o Relatório Anual dos grupos PET da instituição e esclareceu que o documento atende a  
104 exigência do MEC, por meio da instância responsável pela gestão nacional dos grupos PET. Informou que o  
105 relatório é elaborado pelo Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação — CLAA, do qual não participa na  
106 condição de Pró-reitor de graduação, em razão de atribuições relacionadas à aprovação de prestações de contas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

107 Explicou ainda que o comitê é composto por tutores e estudantes vinculados aos grupos PET e que o relatório  
108 descreve as atividades desenvolvidas ao longo do ano de dois mil e vinte e cinco. Na sequência, a conselheira  
109 **Gislene Micarla Borges de Lima** complementou as informações, relatando sua participação como tutora e  
110 integrante titular do CLAA. Destacou que o relatório contempla avaliações sobre a atuação dos tutores, o  
111 desempenho dos bolsistas e o funcionamento geral do programa, reiterando tratar-se de exigência anual do MEC.  
112 Ressaltou ainda a contribuição da servidora Elys Gardênia de Freitas Lopes para a elaboração do relatório,  
113 especialmente durante o período de greve, e informou que o documento recebeu parecer favorável do comitê de  
114 acompanhamento. Em seguida, o conselheiro **Leonardo Augusto Casillo** solicitou um ajuste textual no relatório  
115 apresentado, informando que as coordenações do curso de Ciência e Tecnologia vêm realizando esforço  
116 institucional para que os documentos oficiais utilizem a nomenclatura completa do curso, conforme orientação  
117 decorrente de visita do MEC. Assim, propôs que as referências ao curso passassem a utilizar a denominação  
118 “Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia”. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de**  
119 **Codes**, pôs o ponto em votação, que foi aprovado com onze votos favoráveis e uma abstenção. **QUINTO PONTO.**  
120 O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, realizou a leitura do ponto referente às outras  
121 ocorrências e pôs em apreciação. Com a palavra, a conselheira **Liana Holanda Nepomuceno Nobre** alertou a  
122 comunidade acadêmica sobre os impactos da greve dos técnicos-administrativos, destacando que os servidores  
123 da PROPPG seguem em greve e que processos relacionados a redistribuições, afastamentos e renovações  
124 podem sofrer atrasos ou gerar prejuízos. Orientou que os interessados realizem os trâmites normalmente pelo  
125 Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos — Sipac, mas que também acionem diretamente a  
126 pró-reitoria responsável em situações mais urgentes, a fim de evitar a perda de prazos. Ressaltou ainda que  
127 serviços essenciais relacionados a questões financeiras e salariais demandam uma atenção especial durante o  
128 período de paralisação. Em seguida, o conselheiro **Francisco das Chagas Barbosa de Sena** apresentou  
129 demandas encaminhadas pelo CMC. Inicialmente, destacou a necessidade de que documentos institucionais  
130 observem as normas da ABNT, citando como exemplo um relatório recentemente aprovado cuja formatação,  
131 segundo ele, não seguia o padrão esperado. Também levantou dúvidas sobre o calendário acadêmico diante da  
132 suspensão das atividades no dia dois de abril, questionando se haveria necessidade de ajuste em razão da perda  
133 de um dia letivo. Além disso, questionou a manutenção de aulas no dia vinte de abril, considerado ponto  
134 facultativo por portaria, mas previsto como dia letivo no calendário acadêmico. Por fim, solicitou que futuros  
135 calendários passem a indicar de forma mais clara os pontos facultativos. Em resposta, o presidente deste  
136 Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, esclareceu que a suspensão das atividades na quinta-feira santa não  
137 compromete o cumprimento dos duzentos dias letivos exigidos pela legislação, uma vez que a universidade  
138 trabalha com quantitativo superior ao mínimo legal. Sobre o dia vinte de abril, informou que o calendário  
139 acadêmico permanece válido e o dia continua sendo letivo, cabendo aos docentes decidirem sobre a realização  
140 das aulas, desde que eventuais ausências sejam compensadas posteriormente. Na continuidade, o conselheiro  
141 **Francisco Edcarlos Alves Leite** explicou que a Prograd é responsável pela elaboração da proposta de  
142 calendário acadêmico, cabendo ao Consepe sua aprovação. Informou que o calendário de dois mil e vinte e sete



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

143 deverá ser discutido em junho de dois mil e vinte e seis e ressaltou que portarias sobre pontos facultativos  
144 costumam ser divulgadas apenas no final do ano, dificultando sua previsão antecipada. Ainda assim, afirmou que  
145 o calendário pode sofrer alterações posteriores, citando como exemplo a necessidade de possíveis ajustes em  
146 razão da Copa do Mundo. O conselheiro **Leonardo Augusto Casillo** solicitou documentação oficial definindo os  
147 serviços essenciais mantidos durante a greve dos técnicos-administrativos. Reafirmou seu apoio ao movimento  
148 grevista, mas destacou a necessidade de possuir respaldo institucional para orientar docentes e servidores sobre  
149 quais atividades podem ou não ser realizadas durante a paralisação. A conselheira **Vânia Christina Nascimento**  
150 **Porto** reforçou as observações feitas anteriormente sobre os impactos da greve, agradecendo a compreensão dos  
151 docentes e técnicos diante das dificuldades de atendimento e do acúmulo de demandas. Em seguida, convidou a  
152 comunidade acadêmica para o lançamento do projeto “Quinta do Encanto”, promovido pela Proec, destacando  
153 que a abertura do projeto ocorreria no dia dezesseis, com apresentação de João Suassuna, neto de Ariano  
154 Suassuna, no espetáculo “Na Trilha do Mestre”, em parceria com o Banco do Nordeste Cultural. Com a palavra, o  
155 presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, iniciou discorrendo sobre a greve dos técnicos-  
156 administrativos e destacou que o movimento grevista já se aproximava dos dois meses de duração e ressaltou a  
157 importância das três categorias que compõem a universidade: docentes, técnicos e estudantes. Observou que os  
158 técnicos frequentemente têm seu trabalho invisibilizado, embora exerçam funções essenciais ao funcionamento  
159 institucional. Destacou que a administração superior apoia oficialmente o movimento grevista, conforme nota  
160 aprovada pelo Consuni, mas alertou para os impactos concretos da paralisação em diversos setores da  
161 universidade. Como exemplo, apresentou o quadro reduzido da Superintendência de Infraestrutura — SIN,  
162 listando servidores em greve parcial ou total em diferentes diretorias e enfatizando que, mesmo assim, as  
163 demandas continuam numerosas. Informou ainda que as pró-reitorias deverão divulgar novamente quais serviços  
164 estão sendo mantidos como essenciais, citando o caso da Prograd, onde processos de renovação de mandatos  
165 de coordenações e colegiados encontram-se suspensos até o encerramento da greve. Na sequência, abordou o  
166 Acórdão nº 875/2026 do Tribunal de Contas da União — TCU, recentemente divulgado, que trata da ocupação de  
167 vagas nos cursos de graduação das universidades federais. Informou que o documento aponta um percentual  
168 aproximado de vinte e cinco por cento de vagas ociosas e recomenda medidas voltadas à ampliação da  
169 atratividade e acessibilidade dos cursos, incluindo expansão da educação a distância, ampliação da oferta de  
170 cursos noturnos e reformulações curriculares. Relacionou ainda o tema ao programa “Universidades Estratégicas”,  
171 anunciado pelo Ministério da Educação, que prevê adequações na oferta de cursos e reorganização acadêmica.  
172 Diante disso, informou que foi solicitada à Pró-Reitoria de Graduação a elaboração de um diagnóstico institucional  
173 sobre os cursos da universidade, cuja apresentação deverá ocorrer em maio, seguida de debates presenciais em  
174 todos os campi e formação de grupos de trabalho para aprofundamento das discussões. Ao final, convidou a  
175 comunidade acadêmica para a inauguração do Memorial da Esam/Ufersa, marcada para o dia dezoito de abril,  
176 data em que a instituição completa cinquenta e nove anos de existência, destacando a importância simbólica do  
177 momento para a universidade. Antes do encerramento, o conselheiro **Jairo Rocha Ximenes Ponte** manifestou  
178 preocupação com as conclusões do relatório do TCU sobre as vagas ociosas. Argumentou que as interpretações



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

179 apresentadas, associando evasão à ausência de cursos noturnos, carga horária elevada ou falta de ensino a  
180 distância, poderiam estar baseadas em metodologias frágeis e em análises superficiais. Defendeu que a  
181 universidade realize uma avaliação crítica do estudo e desenvolva diagnósticos próprios sobre sua realidade  
182 institucional, considerando aspectos como assistência estudantil, deslocamento dos alunos e características  
183 específicas de cada curso. Também alertou para a necessidade de cautela diante de possíveis simplificações  
184 decorrentes da divulgação midiática do relatório. Em resposta, o presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira**  
185 **de Codes**, concordou com a relevância das observações e ressaltou a importância de debater internamente o  
186 tema e defender a realidade das universidades públicas. Nada mais havendo a discutir, deu por encerrada a  
187 reunião, e eu, Luiz Djalma Dias Filho, Secretário dos Órgãos Colegiados, lavrei a presente Ata, que, após lida e  
188 aprovada, na reunião do dia X de X de 2026, segue assinada pelo presidente do Consepe, pelos conselheiros  
189 presentes nesta reunião e por mim. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.